



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

Contém

Documentação de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

OBJETO: Pregão Presencial objetivando a Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração.



PORTARIA Nº 004/2015

AMADEU DE JESUS DA SILVA, Prefeito Municipal
de Curiúva, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são
conferidas por Lei,

RESOLVE:

ARTIGO 1º – FICAM DESIGNADOS os servidores
abaixo relacionados, para atuarem junto ao Sistema Operacional de Licitação
da Bolsa – Modalidade de Pregão, nas seguintes funções:

PREGOEIRO OFICIAL:

Aguinaldo Pupo Ferreira

CI/RG nº 8.381.322-9/PR

EQUIPE DE APOIO:

Marjorie Marcondes

CI/RG nº 6.005.426-6/PR

Lucia Ramos Nogueira da Costa

CI/RG nº 4.936.777-5/PR

ARTIGO 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CURIÚVA, em 21 de Janeiro de 2015.


AMADEU DE JESUS DA SILVA
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/GABINETE PREFEITO

MEM Nº 002 /2015

Curiúva PR, 21 de janeiro de 2015.

PREZADO SENHOR

Venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar abertura de procedimento licitatório visando à **aquisição de combustível diesel S10 e aditivo Arla 32** sendo um valor **Máximo de 504.500,00 (quinhentos e quatro mil e quinhentos reais)** sendo eles conforme tabela em anexo;

LOTE 01 DIESEL S10			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO/ANO (R\$)	% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)
01	Diesel S10	R\$ 500.000,00	%

LOTE 02 - ADITIVO ARLA 32				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR MAX UNI	% DE DESCONTO NO VALOR UNIT
01	ADITIVO ARLA 32 GALÃO 20L	60	R\$ 75,00	%
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)				

Sem mais para o presente, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

João Maria Ribas Vedan
Chefe de Gabinete

AD SENHOR
VALDEIR BUENO DE OLIVEIRA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVENIDA ANTONIO CUNHA, 365
CENTRO - CURIÚVA-PR

PROTOCOLADO EM:

23 / 01 / 2015

Carilhante: _____ em ____/____/2015



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 3/2015

001
01
01

Página 1

Solicitação		Emitido em		Quantidade de itens
Número	Tip			
3	Aquisição de Material	21/01/2015		2
Solicitante		Processo Gerado		
Código	Nome	Número		
2677-8	JOAO MARIA RIBAS VEDAN	0/2015		
Local				
Código	Nome			
119	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS			
Orgão		Pagamento		
Código	Nome	Forma		
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS	mensal apos a entreg		
Entrega				
Local		Prazo		
veiculos do municipio		2 Dias		

Descrição:

aquisição de combustivel diesel s10 e aditivo arla 32

Justificativa:

para abastecimento dos veiculos

Lote				
001 Lote 001				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
002340	QUELCO DIESEL S10	LTO	500.000,00	1,00
				Valor
				500.000,00
				TOTAL
				500.000,00
Lote				
002 Lote 002				
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário
002341	ADITIVO ARLA 32	LTS	60,00	75,00
				Valor
				4.500,00
				TOTAL
				4.500,00
				TOTAL GERAL
				504.500,00

AGUINALDO PUPO FERREIRA
Emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

(1) AO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Tendo em vista a solicitação de nº. 03, do referido objeto, solicito a informação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a contratação em tela, referente ao Processo administrativo 03 /2015

Em 21/01 /2015.


AGUINALDO PUPO FERREIRA
Diretor do Setor de Licitações

(2) À DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Vimos através deste, solicitar de Vossa Senhoria, parecer jurídico sobre o processo administrativo e análise da modalidade, Pregão Presencial, conforme segue expediente encaminhado pela Secretaria de:

Administração, o qual se encontra apensado.
Em 21/01 /2015.


AGUINALDO PUPO FERREIRA
Diretor do Setor de Licitações

(3) AO GABINETE DO PREFEITO

Tendo em vista a solicitação de compra do referido objeto, a informação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a contratação em tela informada pelo Departamento de Contabilidade, solicito a Vossa Senhoria AUTORIZAÇÃO para contratação e realização do procedimento licitatório.

Em 21/01 /2015.


AGUINALDO PUPO FERREIRA
Diretor do Setor de Licitações

(4) AO SETOR DE LICITAÇÕES

Autorizo a realização do procedimento licitatório na forma da Lei cabível, para a contratação em tela e determino a este Setor de Licitações para que realize os devidos procedimentos para a efetivação da referida contratação.

Em 21/01 /2015.


AMADEU DE JESUS DA SILVA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Curiúva
Solicitação 3/2015

000 0

Página:1

Solicitação
Número 3 Tipo Aquisição de Material Emitido em 21/01/2015 Quantidade de Itens 2

Solicitante
Código 2677-8 Nome JOAO MARIA RIBAS VEDAN Processo Gerado
Número 0/2015

Local
Código 119 Nome SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

Órgão
Código 04 Nome SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS Pagamento
Forma mensal apos a entreg

Entrega
Local veículos do municipio Prazo 2 Dias

Descrição:
aquisição de combustivel diesel s10 e aditivo arla 32

Justificativa:
para abastecimento dos veiculos

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
00340	OLEO DIESEL S10	LTO	500.000,00	1,00	500.000,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS					
001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMONIO E RECURSOS HUMANOS					
04.122.0003-02007 ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO					
00000 Recursos Ordinários (Livres)					
Do Exercício					
				500.000,00	500.000,00
				TOTAL	500.000,00

Lote
002 Lote 002

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
002941	ADITIVO ARLA 32	LTS	60,00	75,00	4.500,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ASSUNTOS JURÍDICOS					
001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, PATRIMONIO E RECURSOS HUMANOS					
04.122.0003-02007 ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO					
00000 Recursos Ordinários (Livres)					
Do Exercício					
				60,00	4.500,00
				TOTAL	4.500,00

TOTAL GERAL 504.500,00

Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa

04.001.04.122.0003.02007 504.500,00
Cod 00360 Fonte 00000 G.Fonte E 504.500,00

PAULO SERGIO MARTINS MACHADO
Emissor



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015.

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o Município de Curiúva Estado do Paraná e essa empresa, solicitamos que Vossa Senhoria, preencha o recibo de entrega de edital abaixo e remeta-o a Prefeitura Municipal de Curiúva, através do fax nº (43) 3545-1222 ou e-mail: compras@curiuva.pr.gov.br. O não envio deste recibo exime o Município de Curiúva da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social _____

CNPJ nº _____

Endereço _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone _____ Fax _____

Nome _____ E-mail _____

Retiramos nesta data, na sede da Prefeitura Municipal de Curiúva, Avenida Antônio Cunha, nº 365 – Centro, Curiúva-PR, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local _____ Data _____

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL: 02/2015
ABERTURA: 03/02/2015

EMISSÃO: 21/01/2015
HORÁRIO: 15h00

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, ESTADO DO PARANÁ torna Público que se acha aberta licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO**, **sob o critério (maior percentual de desconto)**, objetivando a aquisição de Combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para os veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria de Administração. O presente processo será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 05/2006, Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante e indissociável.

1.2. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

1.3. O Pregão será realizado em sessão Pública por meio de propostas de preços escritas e lances verbais. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1.4. Não havendo expediente na data acima mencionada, a sessão pública ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo disposições em contrário.

1.5. A sessão de processamento do Pregão Presencial será realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Curiúva/PR, iniciando-se no dia **03/02/2015**, às **15h00min**.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por finalidade a aquisição de forma contínua de combustível diesel S10, e aditivo Arla 32 para os veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações constantes do Folheto Descritivo, que integra este edital como Anexo I.

2.2. O preço máximo global estimado para o presente certame importa em **R\$ 504.500,00 (quinhentos e quatro mil e quinhentos reais)**, sendo que tal estimativa constitui-se em mera previsão dimensionada, não estando a CONTRATANTE obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo à Licitante vencedora o direito de pleitear qualquer tipo de reparação ou compensação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

08

pelo não uso do total da verba, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos obedecendo ao disposto no art. 57, II da Lei 8.666/93.

2.3. Será declarada vencedora do certame a empresa que apresentar o **MAIOR DESCONTO PERCENTUAL**, sobre o preço médio de venda determinado pela ANP - Agência Nacional do Petróleo.

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados que tenha seu ramo de atividade pertinente ao objeto da aquisição e que satisfaçam as condições de credenciamento constantes deste edital.

3.2. Não poderão participar empresas estrangeiras que não funcionem no País, interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento as empresas participante **deverão apresentar fora dos envelopes**, os seguintes documentos:

- a) TRATANDO-SE DE REPRESENTANTE LEGAL: O estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, **em cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para autenticação durante a sessão**, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) TRATANDO-SE DE PROCURADOR: A procuração por instrumento público, **em original ou cópia autenticada**, ou particular, **em original ou cópia autenticada, com firma reconhecida**, da qual constem poderes específicos para formular lances verbais, negociar preço, oferecer descontos, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, nos moldes do Anexo II deste Edital, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

4.2. Na hipótese de não constar o prazo de validade nas procurações apresentadas, o Município de Curiúva, aceitará como válidas as **expedidas até 30 (trinta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

4.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, que contenha fotografia.

4.4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

4.5. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo constante do anexo VIII do Edital, deverá ser apresentada em 01 (uma) via e estar FORA dos Envelopes nº 1 e 2.

4.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a declaração constante no Anexo IX para fins de habilitação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4.7. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

5.1. Os envelopes "Proposta de Preços" e "Documentos de Habilitação" serão recebidos pelo Pregoeiro no momento do credenciamento e deverão ser apresentados, **separadamente**, em 02 (dois) envelopes fechados, contendo em sua parte externa, além do nome da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

DATA E HORA DA ABERTURA

ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

NOME OU RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE

DATA E HORA DA ABERTURA

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser elaborada conforme modelo do termo de referência, em papel timbrado da empresa, com assinatura do responsável;

6.2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) **Identificação da licitante**, contendo razão social, endereço completo, CNPJ e inscrição estadual; identificação do banco, número da conta corrente, agência (código e endereço) da empresa licitante, número da Cédula de identidade e CPF do representante da empresa;
- b) Descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da marca do item cotado em conformidade com as especificações do Folheto Descritivo – Anexo I deste Edital;
- c) Preço unitário e total do item, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- d) Indicação do prazo para entrega do objeto, não podendo ser superior a 24 (vinte e quatro horas), contados da emissão do pedido expedido pelo Setor responsável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

e) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação;

f) A empresa irá cumprir o disposto na **Declaração de Compromisso com a Proposta de Preços**, conforme modelo do **anexo X** (esta declaração deve estar inclusa no envelope de nº. 01, a sua falta será considerada motivo para desclassificação da proposta).

6.3. A descrição do objeto deverá estar exatamente igual às especificações técnicas exigidas no Anexo I – Folheto Descritivo, sob pena de desclassificação, no caso de estar em desacordo com a forma solicitada.

6.4. No valor da proposta deverão estar computadas todas as despesas incidentes, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmios de seguro, fretes, taxas de administração e outras despesas, de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, garantido durante toda a validade da proposta.

6.5. Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

6.6. Todos os descontos deverão ser indicados com no Máximo **03 (três) casas decimais**, desprezando-se as frações remanescentes.

6.7. No caso de divergência entre os descontos apresentados na proposta de preços, prevalecerá o que for menor.

6.8. A oferta apresentada deverá ser precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.9 Os preços dos combustíveis deverão ser cotados com base no preço médio da tabela ANP pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, sob o critério (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO), a ser aplicado sobre o valor médio do combustível na semana em que se deu o abastecimento, de acordo com a Tabela de Resumo Semanal emitida para o Município de Cornélio Procópio/PR, por meio do Sistema de Levantamento de Preços – SLP, divulgada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, através do em seu site oficial na internet: www.anp.gov.br.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, autenticados por cartório, ou poderão ser autenticados pelo pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio, preferencialmente antes da abertura do certame licitatório, mediante apresentação do original.

7.1. Habilitação Jurídica

Ato constitutivo da empresa e suas alterações, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de empresa comercial e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

de eleição de seus administradores, (caso já tenha apresentado junto com o credenciamento não terá a necessidade de apresentar o mesmo).

7.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS);
- c) Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS);
- d) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- e) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- g) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- i) Licença ambiental expedida pelo IAP em vigência, não sendo aceita as com data de validade vencida;
- j) Certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, não sendo aceito as com data de validade vencida;

7.2.1. Declaração assinada por representante legal da proponente de que:

- a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do anexo III;
- b) Não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo do anexo IV;
- c) A empresa não se encontra em débito com fornecimento de materiais e/ou serviços para com o Município de Curiúva/PR, conforme modelo do anexo V;
- d) A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme modelo do anexo VI;
- e) A empresa aceita todas as condições estabelecidas neste Edital, conforme modelo do anexo VII.
- f) A empresa irá cumprir o disposto na Declaração de Compromisso com a Proposta de Preços, conforme modelo do anexo X.

7.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo o prazo de sua validade.

a.b.1) Para empresas que optarem de participar através de filial, deverão também ser apresentadas certidões negativas para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.b.2) Na falta de validade expressa na certidão negativa, ter-se-ão como válidas as expedidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

7.4. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

7.5. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

7.6. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

7.7. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expreso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. Para julgamento será adotado o critério **MENOR PREÇO** - (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO), a ser aplicado sobre o valor médio do combustível na semana em que se deu o abastecimento, de acordo com a Tabela de Resumo Semanal emitida para o Município de Cornélio Procópio/PR, por meio do Sistema de Levantamento de Preços – SLP, divulgada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, através do em seu site oficial na internet: www.anp.gov.br.

8.1.1. Para fins de julgamento, serão considerados os preços com até 03 (três) casas decimais, sendo descartadas as casas decimais excedentes, procedendo-se o devido ajuste no preço global.

8.1.2. No percentual de desconto ofertado, que deverá ser único, grafado numericamente e por extenso, deverão estar incluídos, obrigatoriamente, todos os custos necessários para o cumprimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.

8.2. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

8.2.1. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) Que contiverem vícios, por omissão, irregularidades e/ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento e que não forem passíveis de saneamento na própria sessão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

8.3.1. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;

8.3.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes;

8.4. Serão selecionadas para a etapa de lances:

a) A proposta de menor preço; e

b) Todas as demais que apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquela.

8.4.1. Se não houver pelo menos 03 (três) ofertas de acordo com esta condição, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até atingir 03 (três) propostas, no máximo, quaisquer que sejam os preços oferecidos. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.5. O Pregoeiro convidará os autores das propostas selecionadas a formular lances verbais, que serão formulados individualmente e sequencialmente, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.5.1. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances conforme abaixo, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances, incidirá sobre o valor total.

8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de ofertas de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.

8.8. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a licitante que descumprir sua proposta às penalidades previstas neste Edital.

8.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa não mais realizarem lances verbais.

8.10. Serão classificadas todas as propostas, selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.11. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

8.12. Após, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.12.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que deverá estar juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.13. Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto, na mesma sessão, o envelope contendo os documentos de habilitação da licitante que a tiver formulado, quando será verificado o atendimento das condições habilitatórias, com base na documentação apresentada.

8.14. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.14.1. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.14.2. O Município de Curiúva/PR não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.15. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, será a licitante habilitada e declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o item objeto deste edital.

8.16. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.16.1. Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 8.11 a 8.16 e 9.1, 9.2 e 9.6 deste ato convocatório.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser interpor recurso deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, com registro em ata da síntese de suas razões, devendo fundamentá-las por escrito no prazo de 03 (três) dias úteis.

9.1.1. Não será admitida a fundamentação de recursos ou contra razões por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

9.2. Verificada a situação prevista no item anterior, ficam as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

9.3. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a extinção do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10. DOS PRAZOS

10.1. Prazo para apresentação da planilha de composição de preços: deverá ser apresentada nova proposta, em consonância com o valor final ofertado pela licitante vencedora, ou seja, conforme o último lance ou o valor negociado, **no 1º dia útil subsequente** à data da sessão pública do pregão.

10.1.1. O percentual de desconto deverá ser indicado no máximo com 03 (três) casas decimais, desprezando-se as frações remanescentes.

10.1.2. Em caso de ser necessário efetuar "arredondamento de valor", este deverá ser efetuado para resultar em um valor total igual ou inferior ao ofertado na sessão do Pregão.

10.2. Prazo para entrega dos produtos objeto desta licitação: conforme indicado na proposta comercial da licitante vencedora, devendo ser imediatamente após a emissão da Ordem de Serviço;

10.3. Prazo para pagamento: 30 (trinta) dias, contados da entrega da Nota Fiscal/Fatura e desde que tenha ocorrido a entrega do produto.

11. DO REGIME DE AQUISIÇÃO

a). O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades da administração, o qual deverá ser abastecido diretamente no veículo do município;

b) A Contratada se obriga a realizar o abastecimento nas quantidades solicitadas, após a requisição emitida pelo Setor competente.

c) O município reserva-se o direito de adquirir o objeto licitado em menor quantidade que a mínima estipulada, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada, durante o mês.

11.1 DO PRAZO DE AQUISIÇÃO

O combustível será adquirido de acordo com a necessidade, nas quantias mensais de consumo da frota municipal, durante o período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

11.2. DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

12.2.1 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação em qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

12.2.2 Sendo constatada irregularidade no objeto entregue, o prazo para pagamento será contado a partir da devida correção, quer esta seja efetuada por reparação, complementação ou substituição do bem.

12.2.3. Em se tratando de notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções, estas serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data da apresentação da nota devidamente corrigida, ainda que seja por carta de correção.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto licitado será retirado na bomba do vencedor sempre que houver a necessidade de abastecimento.

Sendo constatadas irregularidades no objeto, o Município de Curiúva poderá:

a) Com respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município de Curiúva, no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) Com respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Município de Curiúva, no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

12.1. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente após a verificação de atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo, firmado pelo servidor responsável.

12.2. O recebimento definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade, na forma da Lei, pela qualidade, correção e segurança do objeto adquirido.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

17

A despesa resultante deste procedimento licitatório correrá a conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES			
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2015	360	04.001.04.122.000 3.02007	0

14.2 DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTES

Os preços de combustíveis não sofrerão reajuste, pois seguirão o acompanhamento dos preços médios constante da publicação da tabela ANP vigente da cidade de Cornélio Procopio/PR.

15. SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

15.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

15.1.1 – Advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

15.1.2 – Multa, observados os seguintes limites:

15.1.2.1 – 10% (dez por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total da obrigação;

15.1.2.2 – 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, ou cancelamento do Contrato de Preços, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.1.3 – Suspensão temporária para participar em licitações promovidas pela Administração Municipal e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, nos termos do Art. 87, II, da Lei Federal 8666/93;

15.1.4 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, caso o licitante descumpra as condições estabelecidas neste Edital, apresente documentação falsa, não mantenha a proposta, enseje o retardamento da execução do objeto contratado, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

15.3 – As penalidades de advertência e de multa serão aplicadas de ofício ou por provocação pelo responsável pelo Controle Interno desta Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

18

15.4 – A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

15.5 – As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Administração Municipal;

15.6. Pelo descumprimento das demais obrigações, serão aplicadas ao inadimplente, segundo a extensão da falta, garantida a prévia defesa, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.7. Independentemente das sanções retro, a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município de Curiúva e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Todo e qualquer esclarecimento sobre o presente edital e seus anexos, deverá ser solicitado até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura do Pregão, por escrito, através do fac-símile nº (43) 3545-1222, das 08h às 17h30, ou ainda por correspondência na Avenida Antônio Cunha, nº 365, mediante protocolo, no qual deverá constar a data e horário do recebimento.

16.1.1. Não sendo solicitados esclarecimentos e/ou informações no prazo estipulado neste item, presumir-se-á que os elementos constantes no presente Edital e suas partes integrantes são suficientemente claros e precisos para a participação dos interessados neste Pregão.

16.2. O ato convocatório do Pregão poderá ser impugnado por qualquer pessoa, **por escrito**, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura do Pregão, através de correspondência a ser entregue Departamento de Administração, no endereço e nas condições mencionadas no subitem anterior.

16.2.1. Não será admitida a impugnação do edital por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

16.2.2. A petição de impugnação será dirigida à autoridade subscritora do edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

16.2.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.3. É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar ou ter sido providenciada no ato da sessão pública.

16.4. A autoridade competente da contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

16.5. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.6. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.7. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes que desejarem.

16.7.1. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

16.8. O desatendimento de exigências formais **não essenciais** não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

16.9. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

16.10. O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial do Município.

16.11. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

16.12. Integram o presente edital:

Anexo I – Folheto Descritivo

Anexo II – Modelo de Procuração

Anexo III – Modelo de Declaração de Idoneidade

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

Anexo V – Modelo de Declaração de débito com fornecimento

Anexo VI – Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho

Anexo VII – Modelo de Declaração de aceitabilidade

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Anexo IX – Modelo de Declaração de Enquadramento no regime de tributação de ME ou EPP.

Anexo X - - Modelo de Declaração de Compromisso com a Proposta de Preços

Anexo XI – Minuta do contrato para fornecimento

16.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Curiúva/PR, por mais privilegiado que outro seja.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA, em 21 de janeiro de 2015.

AMADEU DE JESUS DA SILVA
Prefeito Municipal

AGUINALDO PUPO FERREIRA
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANA

ANEXO I

FOLHETO DESCRITIVO E TERMO DE REFERENCIA/PROPOSTA DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

OBJETO: Pregão Presencial objetivando a Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria de Administração, conforme descrito abaixo:

LOTE 01 DIESEL S10			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO/ANO (R\$)	% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)
01	Diesel S10	R\$ 500.000,00	%

LOTE 02 - ADITIVO ARLA 32				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR MAX UNI	% DE DESCONTO NO VALOR UNIT
01	ADITIVO ARLA 32 GALÃO 20L	60	R\$ 75,00	%
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)				

- O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades da administração;
- O abastecimento será feito diretamente nos veículos indicados, na quantidade solicitada, após apresentação da requisição emitida pelo Setor competente;
- A Contratada deverá estar apta a fornecer o produto imediatamente após a assinatura do contrato;
- O município reserva-se o direito de adquirir o objeto licitado em menor quantidade que a mínima estipulada, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada, durante o mês;
- Constar declaração de que a localização do posto responsável pelo abastecimento está, obrigatoriamente, na área urbana do município de Curiúva, há uma distância máxima de 5 (cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, já que isso trará economia para a Administração quando do abastecimento dos veículos.
- A contratada deverá indicar os horários de funcionamento de sua rede, haja vista que os veículos que serão abastecidos prestarão serviços para a administração de segunda a sexta e eventualmente no sábado, das 7h até às 19h;
- Fornecer cupons de abastecimento, onde deverá constar a quilometragem de cada veículo abastecido, bem como estar devidamente assinado pelo motorista responsável;
- As notas fiscais deverão ser emitidas semanalmente (contabilizando sábado e domingo) e encaminhadas para o Departamento de Compras da Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

- i) Não serão aceitas notas com rasuras, emendas, erros de cálculos e procedimentais;
- j) Os cupons fiscais que integram a nota fiscal deverão ser divididos por veículo/placa dentro do período de competência;
- k) Os abastecimentos deverão ser realizados mediante apresentação de requisição, somente nos veículos autorizados;
- l) O desconto sobre o preço dos combustíveis terá como parâmetro a média do Resumo II – Mensal do Município de Cornélio Procopio - Paraná no SLP – Sistema de Levantamento de Preços da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

GARANTIA DE QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS:

VALIDADE DA PROPOSTA:

Nome e assinatura

Carimbo CNPJ



ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO

O licitante deverá apresentar no ato do credenciamento documentação que comprove totais poderes para participar do pregão.

Por este instrumento particular de Procuração, a (razão social da empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob o nº..... e Inscrição Estadual nº....., neste ato representada por seu (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)), Sr.(a.)....., portador(a) da Cédula de Identidade nº..... e CPF nº....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr.(a.)....., portador(a) da Cédula de Identidade nº..... e CPF nº....., quem confere(em) amplos poderes para representar a (razão social da empresa) perante o Município de Curiúva/PR no que se referir ao Pregão Presencial nº 02/2015, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação, inclusive apresentar proposta e declaração de atendimento dos requisitos de habilitação em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas de preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, interpor recurso administrativo, assinar a Ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar Contratos de Fornecimento e demais compromissos. A presente procuração é válida até o dia... /.../...

Por ser verdade, firmo(amos) a presente declaração, para que se produza os efeitos legais.

Local e data.

Assinatura com firma reconhecida do(s) outorgante(s) com poderes para este fim, conforme contrato social da empresa.

A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município de Curiúva, que não fomos **declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data / assinatura

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Eu, (nome completo do signatário), representante legal da empresa (razão social da licitante), interessada em participar do Pregão Presencial nº 02/2015, declaro sob as penas da lei que, em relação à empresa acima mencionada, **inexistem fatos impeditivos** (declaração de inidoneidade ou suspensão temporária de contratar) quanto à sua habilitação nesta licitação.

Local e data.

(Razão social da empresa e assinatura do responsável legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



25

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DÉBITO COM FORNECIMENTO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município, que não encontramos-nos em **débito com fornecimento de materiais e/ou serviços** para com o Município de Curiúva.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data / assinatura

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE MTPS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

*Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.
Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITABILIDADE

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município, que **aceitamos todas as condições** estabelecidas neste Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data / assinatura

Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

28

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Pela presente declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data.

(Razão social da empresa e assinatura do responsável legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

29

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUIÇÃO DE ME OU EPP

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Nome da empresa, CNPJ nº, sediada (endereço completo)
Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

Local e data.

(Razão social da empresa e assinatura do responsável legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO X



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR

REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015

Nome da empresa, CNPJ nº., sediada (endereço completo) apresenta sua proposta comercial relativa ao objeto desta licitação, modalidade Pregão Presencial nº. ____/2015, com vistas e conforme necessidades da Prefeitura Municipal de Curiúva.

- Declaramos que em nossos preços estão computadas todas as despesas incidentes, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmios de seguro, fretes, taxas de administração e outras despesas, de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, garantido durante toda a validade da proposta.
- Prazo de validade da proposta: mínimo 60 dias
- Prazo de entrega dos produtos: conforme edital
- Condições de pagamento: conforme edital

Local e data.

(Razão social da empresa e assinatura do responsável legal)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO XI



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

MINUTA DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, **SR. AMADEU DE JESUS DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 6.854.553-6 PR e o CPF sob o n.º 911.204.629-91, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Sete de Setembro, 385, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93, atualizada pela Lei n.º 8.883, de 08/06/94, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade **Pregão Presencial n.º 02/2015**, neste ato denominado simplesmente **Contratante**, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado com sede XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado pelo XXXXXXXXX, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º XXXXXXXX e CPF sob o n.º XXXXXXXXX, neste ato denominado simplesmente **Contratada**, achando-se justo e contratados mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento pela **Contratada** ao **Contratante**, dos combustíveis a seguir referidos, nas quantidades mensais adiante mencionadas:

LOTE 01 DIESEL S10			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO/ANO (R\$)	% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)
01	Diesel S10	R\$ 500.000,00	%

LOTE 02 - ADITIVO ARLA 32				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR MAX UNI	% DE DESCONTO NO VALOR UNIT
01	ADITIVO ARLA 32 GALÃO 20L	60	R\$ xxxxx	%
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$ xxxxxx (xxxxxxx)				

Parágrafo Primeiro: O objeto licitado será retirado na bomba do estabelecimento vencedor sempre que houver a necessidade de abastecimentos dos veículos, mediante requisições fornecidas para a **Contratada**, somente nos veículos autorizados, devendo ser emitido Nota Fiscal de Venda, a cada abastecimento.

Parágrafo Segundo: A Contratante reserva-se o direito de adquirir o objeto contratado conforme a necessidade, em menor quantidade que a mínima estipulada, o qual não poderá ultrapassar a quantidade máxima estipulada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

Parágrafo Terceiro: Cabe a **Contratada**, a garantia da qualidade dos combustíveis fornecidos, como revendedora autorizada da empresa XXXXXX distribuídos pela XXXXXXXX.

Parágrafo Quarto: A **Contratada**, através do seu proprietário, reportar-se-á diretamente ao servidor responsável, para o controle organizacional das entregas feitas e dos saldos disponíveis, dentro das quantidades mensais ora mencionadas.

Parágrafo Quinto: A **Contratada** prestará ao **Contratante** a necessária colaboração no sentido de efetuar o controle rigoroso dos gastos dos combustíveis realizados, procedendo às anotações que forem necessárias e comunicando imediatamente ao **Contratante**, através do representante indicado, qualquer anormalidade no fornecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA

Os combustíveis serão entregues imediatamente para a **Contratada**, diretamente da bomba, mediante apresentação de Requisição. O prazo para execução dos serviços é pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado por igual período, ante a característica de serviço continuado, cuja característica desde já fica reconhecida conforme os termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo **Contratante** da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA LICITAÇÃO

O presente contrato é celebrado de conformidade com as Leis Federais 8.666/93 e alterações posteriores, Lei 10.520/2002 e processo licitatório decorrente do **Pregão Presencial n.º 02/2015**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Como consequência natural do objeto deste contrato, conforme definido na cláusula primeira deste instrumento, deve a **Contratada**, ainda:

- a) **Atender** prontamente as requisições fornecidas pelo **Contratante**, bem como os servidores, seus portadores;
- b) **Observar** os prazos estipulados;
- c) **Atender** prontamente as solicitações de esclarecimentos efetuadas pelo **Contratante**;
- d) **Manter** arquivos das requisições fornecidas, devolvendo-as ao **Contratante**, juntamente com as notas fiscais respectivas, por ocasião das cobranças que forem realizadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

O **Contratante** obriga-se a participar ativamente do presente ajuste, comprometendo-se a:

- a) **Designar** servidores para controlar o fornecimento de requisições, as quantias de combustíveis já retiradas e as quantias que ainda poderão ser retiradas para que não ultrapassem o limite máximo das quantias ora mencionadas;
- b) **Observar** rigorosamente o prazo de pagamento, descrito no parágrafo único da cláusula terceira;
- c) **Atender** prontamente as solicitações de esclarecimentos e orientações efetuadas pela **Contratada**;
- d) **Manter** arquivos organizados dos documentos produzidos em função deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os preços de combustíveis não sofrerão reajuste, pois seguirão o acompanhamento dos preços médios constante da publicação da tabela ANP vigente na Cidade de Cornélio Procopio/PR.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Municipalidade, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta Concorrência, desde que haja conveniência para a Municipalidade; ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a Contratada ficará sujeita às penalidades:

9.1.1 – Advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

9.1.2 – Multa, observados os seguintes limites:

9.1.2.1 – 10 % (dez por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total da obrigação;

9.1.2.2 – 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

cancelamento do Contrato de Preços, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

9.1.3 – Suspensão temporária para participar em licitações promovidas pela Administração Municipal e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, nos termos do Art. 87, II, da Lei Federal 8666/93;

9.1.4 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, caso o licitante descumpra as condições estabelecidas neste Edital, apresente documentação falsa, não mantenha a proposta, enseje o retardamento da execução do objeto contratado, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

9.3 – As penalidades de advertência e de multa serão aplicadas de ofício ou por provocação pelo responsável pelo Controle Interno desta Prefeitura.

9.4 – A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

9.5 – As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Administração Municipal;

9.6. Pelo descumprimento das demais obrigações, serão aplicadas ao inadimplente, segundo a extensão da falta, garantida a prévia defesa, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.7. Independentemente das sanções retro, a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município de Curiúva e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

DOTAÇÕES			
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2015	360	04.001.04.122.000 3.02007	0

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato ficará a cargo do **Sr. Valdecir Bueno de Oliveira**, o qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

35

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, ficando eleito o foro da Comarca do **contratante**, para a resolução de questões resultantes deste.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, assinando igualmente duas testemunhas para que o mesmo possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Curiúva PR, XXXX DE XXXXXXXX de 2015.

Amadeu de Jesus da Silva
Prefeito Municipal
Contratante

XXXXXXX
Representante Legal
Contratada

Testemunha
NOME:
CPF:

Testemunha
NOME:
CPF:

Visto da Assessoria Jurídica



PARECER

Interessado: Aguinaldo Pupo Ferreira - Pregoeiro

Assunto: Pregão Presencial nº. 02/2015 – Objetivando a Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações do Edital e documentação anexada.

1. RELATÓRIO

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Curiúva solicitou a esta Assessoria a elaboração de parecer a respeito da possibilidade da abertura de Pregão Presencial nº. 02/205 – Objetivando a Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações do Edital e documentação anexada.

Conforme orçamentos coletados, foi solicitado informação ao Setor de Contabilidade quanto à existência de dotação/rubrica orçamentária e disponibilidade financeira, para abertura de procedimento, cuja informação foi confirmada pelo documento acostado (Solicitação nº. 03/2015 – fl.05), emitida pelo Contador do Município.

Após, vem a esta Assessoria para a devida análise e aprovação jurídica dos atos iniciais e minuta do edital, com os documentos que fazem parte integrante do procedimento licitatório, conforme previsto no parágrafo único, do art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93.

2. MÉRITO

Inicialmente, há que destacar que a Lei nº 8.666/93 estabelece em linhas gerais que os contratos celebrados com a Administração Pública devem ser precedidos do processo licitatório, conforme o disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 37 – (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Assim, a regra geral a que o administrador deve obediência a licitação. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações, contratados pela Administração Pública com terceiros, serão necessariamente precedidos de licitação. É o que determina a Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

37

Outrossim, é importante destacar que a contratação que se pretende realizar deverá obedecer, igualmente, os princípios legais e administrativos, especialmente atendendo os ditames da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à disponibilidade financeiro e orçamentária, o qual, de acordo com a documentação anexada há previsão para cumprir essa obrigação.

Portanto, da análise das condições estabelecidas no ato convocatório e ainda das cláusulas contidas na minuta do Contrato, assim como todos os atos iniciais, pode-se concluir que foram observadas, na totalidade, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Complementar nº 123/2006.

3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, opinamos pela regularidade, conveniência e aprovação dos atos iniciais deste procedimento, em especial do Edital de Pregão Presencial em tela, bem como opinamos no sentido de que poderá ser contratado tal objeto, desde que realizado o devido procedimento licitatório, podendo ser na modalidade Pregão Presencial, com fundamento na Constituição Federal, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Complementar nº 123/2006, desde que observados os preços de mercado.

Além disso, opinamos pelo seguimento do presente certame, com a necessária expedição dos atos de publicação do aviso de licitação, respeitando-se os incisos I, II e V, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/2002, bem como o inciso I, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 37/2009 do TCE/PR.

S.M.J. É o Parecer.

Curiúva, em 21 de janeiro de 2015.


SANDRA CRISTINA GUERREIRO
Assessora Jurídica



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA:76167725000130
MUNICÍPIO DE CURIÚVA - PR
Local: CURIÚVA - Paraná
Assinado em 21/01/2015 18:08:20

MUNICÍPIO DE
Curiúva

ANO II | Publicação Nº 1660 | quarta-feira, 21 de janeiro de 2015 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE CURIÚVA, Estado do Paraná, através do Pregoeiro, de conformidade com a Lei Federal Nº 10.520/2002, Decreto Municipal Nº 05/2006 e subsidiariamente, as Leis Federais Nº 8.666/93 e 8.883/94, torna público que se encontra a disposição dos interessados, a partir da data da publicação deste, até as 17h30min do dia 02/02/2015, o Edital de Pregão Presencial objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de combustível diesel S10 e aditivo Arla 32 a pedido da Secretaria Municipal de Administração do Município de Curiúva – Pr, a abertura dos envelopes será às 15h00min horas do dia 03/02/2015 na sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Curiúva.

O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no site www.curiuva.pr.gov.br e na Prefeitura Municipal de Curiúva à Avenida Antonio Cunha, 365- Centro, Curiúva - PR, no horário comercial.
Curiúva, 21 de janeiro de 2014.

AGUINALDO PUPO FERREIRA

Pregoeiro

AMADEU DE JESUS DA SILVA

Prefeito Municipal



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 21/1/2015
Av. Antônio Cunha, 365 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Pelo presente declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumpriremos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2014.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR

AUTO POSTO CAETÊ LTDA
CNPJ nº 78.728.458/0001-59
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado a Rua das Palmeiras, 124 Alphaville Graciosa, casa, Pinhais PR CEP 83.327-120, portador da Cédula de Identidade Profissional da OAB PR nº 5662 e o CPF nº 008.458.509-97 e **AIDE MARLENE DE OLIVEIRA ANDRADE**, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada a Rua das Palmeiras, 124 Alphaville, casa, Pinhais PR CEP 83.327-120, portadora da Cédula de Identidade Civil RG.nº 1224.949 PR e CPF nº 470.384.469-91, únicos sócios da empresa: **AUTO POSTO CAETE LTDA**, com sede a Rodovia PR 090 Km 240 Serra do Caeté, Curiúva PR, CEP nº 84.280-000, com contrato social registrado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41200628341, por despacho em sessão de 11 de março de 1983 e a última alteração contratual arquivada sob nº 43.2125 em 30 junho de 1989, inscrita no CNPJ MF nº 78.728.458/0001-59.

CLÁUSULA PRIMEIRA: NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICILIO. A sociedade gira sob o nome: AUTO POSTO CAETÊ LTDA, tendo sua sede e domicílio fiscal a RODOVIA PR-090 Km 240 SERRA DO CAETÊ, CURIUVA PR CEP. 84.280.000.

CLÁUSULA SEGUNDA: FILIAIS E OUTRAS DEPENDENCIAS. A sociedade poderá a qualquer tempo abrir ou fechar filiais ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA. INICIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE. A sociedade iniciou suas atividades em 11 DE MARÇO DE 1985 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: OBJETO SOCIAL. A sociedade tem por objeto a exploração do ramo de: 47.31.8-00-COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, 47.32.6-00-COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES E 56.11-2-03-LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES.

CLÁUSULA QUINTA: CAPITAL SOCIAL. O capital social é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), dividido em 100.000 (Cem mil) quotas de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, inteiramente integralizadas, ficando assim distribuído entre os sócios quotistas:

ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE	C/ 90.000 QUOTAS	R\$ 90.000,00
AIDE MARLENE DE OLIVEIRA ANDRADE	C/ 10.000 QUOTAS	R\$ 10.000,00
TO	100.000 QUOTAS	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA SEXTA: RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social conforme dispõe o art. 1.052 da Lei. 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA: CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedias ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo único. O sócio que pretenda ceder ou transferir todas ou parte de suas quotas deverá notificar por escrito aos outros sócios, discriminando a quantidade de quotas postas a

4

22 : 2 11

AUTO POSTO CAETÊ LTDA
CNPJ nº 78.728.458/0001-59
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estes exerçam ou renunciem ao direito de preferência, o que deverão fazer dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou em maior prazo a critério do sócio alienante. Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência a cessão das quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas.

CLÁUSULA OITAVA: ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME EMPRESARIAL. A administração da sociedade cabe a ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE, com poderes e atribuições de gerir e administrar negócios da sociedade, representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizando o uso do nome empresarial isoladamente, dispensado de prestar caução à sociedade.

§ 1º Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade especificados no instrumento os atos e operações que poderão praticar.

§ 2º. Os sócios, em nome próprio, estão autorizados a prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de caução, desde que em conjunto e em operações em benefício da sociedade. Os sócios, também em conjunto poderão prestar aval, fiança ou qualquer outro tipo de caução, em nome da sociedade igualmente em operações que a ela interessem e sejam de seu benefício.

CLÁUSULA NONA: RETIRADA PRÓ-LABORE. Os sócios poderão de comum acordo fixar uma retirada mensal a título de Pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: JULGAMENTO DAS CONTAS. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo único. Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO. Falecendo ou interdito qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

H M J B

AUTO POSTO CAETÊ LTDA
CNPJ nº 78.728.458/0001-59
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

22 : 2 : 11

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DIREITO DE RECESSO. Em caso de modificação do contrato, fusão da sociedade, incorporação de outra, ou dela por outra ou transformação, se não houver o consentimento de todos os sócios, o dissidente da decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade nos 30 (trinta) dias, subseqüentes à deliberação, aplicando-se nesse caso o disposto no art. 1031 da Lei n. 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: CASOS OMISSOS. Os casos omissos deste contrato serão resolvidos pela aplicação dos dispositivos legais que regem este tipo societário e supletivamente, pelas normas da sociedade anônima (Lei n. 6.404/76), conforme faculta o Parágrafo único do art. 1053 da Lei. N. 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO. O administrador declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO. Fica eleito o foro da comarca de Curiúva-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com 2 (duas) testemunhas, a presente alteração, em 3 (treis) vias de igual teor e forma, devidamente rubricadas pelos sócios em todas as suas folhas, obrigando-se fielmente por e por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

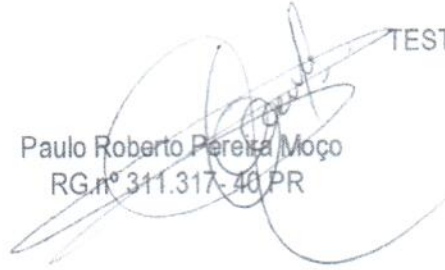
Curiúva, 10 de fevereiro de 2011.


SÓCIOS:


ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE


AIDE MARLENE DE OLIVEIRA ANDRADE

TESTEMUNHAS:


Paulo Roberto Pereira Moço
RG.nº 311.317-40 PR


Carlos Carneiro Gaisler
RG.nº 894.929-8 PR

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/02/2011
SOB NÚMERO: 20110612507
Protocolo: 11/061250-7, DE 18/02/2011

Empresa: 41 2 0062834 1
AUTO POSTO CAETÊ LTDA

SEBASTIÃO MOTTA
SECRETARIO GERAL

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO PARANÁ

IDENTIDADE DE ADVOGADO 05662

NOME ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE

FILIAÇÃO JORGE NILO DE ANDRADE

ZENAIDE DAL BIANCO DE ANDRADE

DATA DE NASC 11/03/1945

CPF 00845850997

SSPPR

DOADOR DE ORGAOS E TECIDOS

VIA 1

31/03/2003

PRESTACAO

43

MINISTERIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF 500895-6 SESP PR

CPF 008.458.509-97 DATA NASCIMENTO 11/03/1945

FILIAÇÃO JORGE NILO DE ANDRADE

ZENAIDE DAL BIANCO DE ANDRADE

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AD

1ª HABILITACAO 20/05/1963

VALIDADE 23/02/2015

1ª REGISTRO 01159532899

247220060

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

247220060

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL CURITIBA, PR

DATA EMISSÃO 24/02/2010

ASSINATURA DO EMISSOR

31562597070

PR901377442

DETRAN-PR (PARANÁ)

43

Super

ANEXO X**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A PROPOSTA DE PREÇOS**

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

AUTO POSTO CAETE LTDA, CNPJ 78.728.458/0001-59, sediado à Rodovia PR 090 Km 88,50 s/nº - Serra do Caete – Curiúva/PR – CEP: 84.280-000. Apresenta sua proposta comercial relativa ao objeto desta licitação, modalidade Pregão Presencial nº 02/2015 com vistas e conforme necessidades da Prefeitura Municipal de Curiúva.

- Declaramos que em nossos preços estão computadas todas as despesas incidentes, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmios de seguro, fretes, taxas de administração e outras despesas, de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, garantindo durante toda a validade da proposta.
- Prazo de validade da proposta: 60 dias.
- Prazo de entrega dos produtos: conforme edital.
- Condições de pagamento: conforme edital.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2014.

AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR

ANEXO I**FOLHETO DESCRITIVO E TERMO DE REFERENCIA/PROPOSTA DE PREÇO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

AUTO POSTO CAETE LTDA**RODOVIA PR090 – KM 240, S/N – SERRA DO CAETE – CURIUVA/PR – CEP: 84.280-000****CNPJ: 78.728.458/0001-59 - I. EST. 52800642-64****BANCO DO BRASIL – AG 4739-2 – C/C: 28192-1 – CURIUVA / PR****RESPONSÁVEL LEGAL: ALBERTO DAL BIANCO DE ANDRADE****CPF: 008.458.509-97 - RG 500895-6/PR**

OBJETO: Pregão Presencial objetivando a Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S/10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria de administração, conforme descrito abaixo:

LOTE 01 DIESEL S 10				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO/ANO (R\$)		% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)
01	Diesel S10	R\$ 500.000,00		2%
LOTE 02 – ADITIVO ARLA 32				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR MAX UNI	% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO
01	ADITIVO ARLA 32	60	R\$ 75,00	2%
VALOR TOTAL DO LOTE 02 R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)				

- O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades da administração;
- O abastecimento será feito diretamente nos veículos indicados, na quantidade solicitada, após apresentação da requisição emitida pelo Setor competente;
- A contratada deverá estar apta a fornecer o produto imediatamente após a assinatura do contrato;
- O município reserva-se o direito de adquirir o objeto licitado em menor quantidade que a mínima estipulada, não podendo ultrapassar a quantidade máxima estipulada, durante o mês;
- Constar declaração de que a localização do posto responsável pelo abastecimento esta, obrigatoriamente, na área urbana do município de Curiúva, há uma distancia máxima de 5(cinco) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, já que isso trará economia para a Administração quando do abastecimento dos veículos;
- A contratada deverá indicar os horários de funcionamento de sua rede, haja vista que veículos que serão abastecidos prestação serviços para a administração de segunda a sexta e eventualmente no sábado, das 7h até às 19;
- Fornecer cupons de abastecimento, onde deverá constar a quilometragem de cada veículo abastecido, bem como estar devidamente assinado pelo motorista responsável;
- As notas fiscais deverão ser emitidas semanalmente (contabilizando sábado e domingo) e encaminhadas para o Departamento de Compras da Prefeitura;
- Não serão aceitas notas com rasuras, emendas, erros de cálculos e procedimentais;

- j) Os cupons fiscais que integram a nota fiscal que integram a nota fiscal deverão ser divididos por veículos/placa dentro do período de competência;
- k) Os abastecimentos deverão ser realizados mediante apresentação de requisição, somente nos veículos autorizados;
- l) O desconto sobre o preço dos combustíveis terá como parâmetro a média do Resumo II – Mensal do município de Cornélio Procópio – Paraná no SLP – Sistemas de Levantamento de Preços da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Horário de Atendimento: 24horas

FORMA DE PAGAMENTO: conforme edital

GARANTIA DE QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS: Petrobrás

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS


AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR

78.728.458/0001-59


AUTO POSTO CAETÊ LTDA.

RODOVIA PR-090 - ESTACA 0-PP, 110
84280-000 - CURIÚVA - PARANÁ

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 78.728.458/0001-59 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 11/03/1985
NOME EMPRESARIAL AUTO POSTO CAETE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.31-8-00 - Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO ROD PR 090 KM 240	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ARMZ	
CEP 84.280-000	BAIRRO/DISTRITO SERRA DO CAETE	MUNICÍPIO CURIUVA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO escritoriocarneiro@yahoo.com.br		TELEFONE (41) 3233-1108 / (41) 3014-6362	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **26/01/2015** às **10:04:49** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

48

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 10:58:17 do dia 26/01/2015 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/07/2015.

Código de controle da certidão: **ADA0.0A18.FB75.4FB0**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 78728458/0001-59
Razão Social: AUTO POSTO CAETE LTDA
Endereço: ROD PR 090 S/N / ESTACAO PP 110 / CURIUVA / PR / 84280-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/01/2015 a 17/02/2015

Certificação Número: 2015011905370983847483

Informação obtida em 26/01/2015, às 11:30:02.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: AUTO POSTO CAETE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 78.728.458/0001-59

Certidão nº: 77525134/2015

Expedição: 26/01/2015, às 11:31:01

Validade: 24/07/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **AUTO POSTO CAETE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **78.728.458/0001-59**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
52800642-64	78.728.458/0001-59	04/1985

Empresa / Estabelecimento	
Nome Empresarial	AUTO POSTO CAETE LTDA
Título do Estabelecimento	
Endereço do Estabelecimento	ROD PR-090, S/Nº, ESTACA 0 PP 110 - RODOVIA - CEP 84280-000 FONE: (43) 3545-1341
Município de Instalação	CURIUVA - PR, DESDE 04/1985 (Estabelecimento Matriz)

Qualificação	
Situação Atual	ATIVO - REGIME NORMAL / NORMAL - DIA 11 DO MES+1, DESDE 04/1985
Natureza Jurídica	206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA
Atividade Econômica Principal do Estabelecimento	4731-8/00 - COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS PARA VEICULOS AUTOMOTORES
Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento	5611-2/03 - LANCHONETES, CASAS DE CHA, DE SUCOS E SIMILARES

Quadro Societário			
Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	008.458.509-97	ALBERTO DAL BIANCO ANDRADE	SÓCIO-ADMINISTRADOR
CPF	470.384.469-91	AIDE MARLENE DE OLIVEIRA ANDRADE	SÓCIO

Este CICAD tem validade até 25/02/2015.

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet www.fazenda.pr.gov.br

	Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Receita do Estado
CAD/ICMS Nº 52800642-64	
Emitido Eletronicamente via Internet 26/01/2015 14:49:37	
Dados transmitidos de forma segura Tecnologia CELEPAR	

Rio

f

Q

Prefeitura Municipal de Curiúva
Setor de Fiscalização, Tributação e Receita

NEGATIVA

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE, MESMO QUE REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.
2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ 01/03/2015, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

REVENDO OS ARQUIVOS, REGISTROS E LANÇAMENTOS DESTA MUNICIPALIDADE, CERTIFICAMOS QUE O CONTRIBUINTE **NADA DEVE** NESTA DATA À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL RELATIVO A EMPRESA MENCIONADA ABAIXO.

Curiúva, 30 de Janeiro de 2015

NEGATIVA Nº: 59/2015

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO:
44HZ5UFFHCJZXM8R4RF

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: AUTO POSTO CAETE LTDA

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

176

CNPJ/CPF

78.728.458/0001-59

INSCRIÇÃO ESTADUAL

5280064264

ALVARÁ

502

ENDEREÇO

RODOVIA PR 090, S/Nº - KM 88,5 - SERRA DO CAETE CEP: 84280000 Curiúva - PR

CNAE / ATIVIDADES:

Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, Serviços de borracharia para veículos automotores, Comércio varejista de lubrificantes, Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

Confere com Original

JORGE ISAAC FADEL NETO
Divisão de Tributação e Fiscalização



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 012814553-76

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **78.728.458/0001-59**

Nome: **AUTO POSTO CAETE LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 02/06/2015 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

54

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 10:58:17 do dia 26/01/2015 <hora e data de Brasília>.
Válida até 25/07/2015.

Código de controle da certidão: **ADA0.0A18.FB75.4FB0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 16677

Validade 26/10/2016

Protocolo 79885800

O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 79885800, expede a presente Licença de Operação à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física

AUTO POSTO CAETÊ LTDA

C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física

78728458000159

Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física

5280064264

Endereço

RODOVIA PR 90KM 88

Bairro

SERRA DO CAETÊ

Município

Curiúva

UF

PR

Cep

84280

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento

AUTO POSTO CAETÊ LTDA

Tipo de empreendimento/atividade

Posto revendedor

Endereço

RODOVIA PR 90KM 88

Bairro

SERRA DO CAETÊ

Município

Curiúva

Cep

84280000

Corpo Hídrico do Entorno

Rio Tibagi

Bacia Hidrográfica

Tibagi

Destino do Esgoto Sanitário

Destino do Efluente Final

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA DE OPERAÇÃO deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

A presente licença foi emitida de acordo com o que estabelece o artigo 8º, inciso III da Resolução nº237/97 do CONAMA, a qual autoriza a operação propriamente dita do empreendimento, devendo ser observados, rigorosamente, durante sua operação, os itens abaixo listados:

1. Deverá ser realizado automonitoramento freqüência dos efluentes líquido, após tratamento, considerando-se PH, DBO, DQO, ÓLEOS E GRAXAS E MATERIAL SEDIMENTADO, cujo relatório, contendo os laudos, deverá ser apresentado ao IAP no ato do pedido de renovação do Licenciamento Ambiental de Operação; PH entre 5 e 9; Materiais sedimentáveis até 1ml/l em teste de 1 hora em cone IMHOFF.
Óleos e graxas: óleos minerais até 20 MG/l.
DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) Inferior a 100 MG/l
DQO (Demanda Química de Oxigênio) Inferior a 300 MG/l

2. Deverá ser realizado automonitoramento freqüência da qualidade das águas do lençol freático, considerando-se PH, DBO, ÓLEO E GRAXAS E MATERIAL SEDIMENTADO, cujo relatório, contendo os laudos, deverá ser apresentado ao IAP no ato do pedido de renovação do Licenciamento Ambiental de Operação; Materiais sedimentáveis até 1ml/l em teste de 1 hora em cone IMHOFF.
Óleos e graxas: óleos minerais até 20 MG/l.
DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) Inferior a 100 MG/l
DQO (Demanda Química de Oxigênio) Inferior a 300 MG/l



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 16677

Validade 26/10/2016

Protocolo 79885800

3. Em caso de acidentes ou vazamentos que representem situações de perigo ao Meio ambiente ou a pessoas, bem como na ocorrência de passivos ambientais, os proprietários, arrendatários, ou responsáveis pelo abastecimento, pelos equipamentos, pelos sistemas e os fornecedores de combustíveis que abastecem ou abasteceram a unidade, responderão solidariamente, pela adoção de medidas para controle da situação emergencial, e para o saneamento das áreas impactadas, de acordo com as exigências formuladas pelo órgão ambiental licenciador.
4. A ocorrência de quaisquer acidentes ou vazamentos deverá ser comunicada imediatamente ao órgão ambiental competente após a constatação e/ou conhecimento, isolada ou solidariamente, pelos responsáveis pelo estabelecimento e pelos equipamentos e sistemas.
5. Os responsáveis pelo estabelecimento, pelos equipamentos e sistemas, independentemente da comunicação da ocorrência de acidentes ou de vazamentos, deverão adotar medidas emergenciais requeridas pelo evento, no sentido de minimizar os riscos e os impactos às pessoas e ao meio ambiente.
6. Os proprietários e/ou arrendatários dos equipamentos e sistemas deverão promover os treinamentos de seus respectivos funcionários, visando orientar as medidas de prevenção de acidentes e ações cabíveis imediatas para o controle de situações de emergência e risco;
7. Os proprietários, arrendatários ou responsáveis pelo estabelecimento e/ou equipamentos e pelo sistema responderão pela reparação de danos oriundos de acidentes ou vazamentos de combustíveis, desde a época da ocorrência.
8. É terminantemente proibida a queima a céu aberto de qualquer tipo de material no local;
9. As ampliações ou alterações nos processos da produção ou nos volumes produzidos, ora licenciados de conformidade com o estabelecido pela Resolução SEMA/IAP Nº 031, de 24 de agosto de 1998 em seu artigo 4º, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação, e de operação, para a parte ampliada ou alterada;
10. A concessão desta licença/autorização não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme artigo 7º, parágrafo 2º do Decreto Estadual 857/79.
11. O não cumprimento à legislação ambiental vigente sujeitará a empresa e/ou seus representantes, às sanções previstas na Lei Federal 9.605/08.
12. Este empreendimento, de acordo com as características apresentadas, deverá ser bem gerenciado e operado, para que mais tarde não venha causar danos irreversíveis e irrecuperáveis ao meio ambiente e a saúde pública.
13. A presente Licença de Operação, em conformidade com o que consta do Artigo 19 da resolução CONAMA nº 237/97 poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua omissão, bem como na superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
14. No caso de desativação, o estabelecimento fica obrigado a apresentar um plano de encerramento de atividades a ser aprovado pelo órgão ambiental competente.
15. Qualquer alteração na titularidade do empreendimento ou em seus equipamentos e sistemas deverá ser comunicada ao órgão ambiental competente, com vistas à atualização, dessa informação, na licença ambiental.
16. O IAP comunicará ao Conselho Regional toda constatação de omissão e imperícia do responsável técnico pela execução dos estudos de identificação de passivos ambientais, automonitoramento dos efluentes líquidos após tratamento e do automonitoramento da qualidade das águas do lençol freático.
17. Fica assegurado ao IAP o direito de fiscalizar o cumprimento das condicionantes supracitadas, sem prejuízo das prerrogativas do poder de polícia a ser executado pelo IAP, como decorrência da legislação ambiental federal e estadual aplicável.

Conteúdo

[Handwritten signatures]



Secretaria do Estado do Meio
Ambiente e Recursos Hídricos



Instituto Ambiental do Paraná
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença de Operação

Nº 16677

Validade 26/10/2016

Protocolo 79885800

Condicionantes de Atividade Poluidora

Os efluentes de qualquer fonte poluidora somente serão lançados, direta ou indiretamente, nos corpos de água desde que obedeçam as seguintes condições:

- a) pH entre 5 e 9;
- b) Temperatura: Inferior a 40°C, sendo que a elevação da temperatura do corpo receptor, não deverá exceder a 3°C;
- c) Materiais Sedimentáveis: até 1ml/litro em teste de 1 hora em cone Imhoff. Para o lançamento em lagos e lagoas, cuja velocidade de circulação seja praticamente nula, os materiais sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes;
- d) Regime de lançamento com vazão máxima de até 1,5 vezes a vazão média do período de atividade diária do agente poluidor;
- e) Óleos e Graxas:
--Óleos minerais até 20mg/l
--Óleos vegetais e gorduras animais até 50mg/l
- f) Ausência de materiais flutuantes

DEVERA O EMPREENDEDOR CUMPRIR AS NORMAS E PROCEDIMENTOS DA RESOLUÇÃO SEMA/IAP 021/2011.

Local e data

Jacarezinho, 26 de outubro de 2012

Carimbo e assinatura do representante do IAP

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Rosa M. Gonzaga Baccon
Rosa M. Gonzaga Baccon
CHEFE REGIONAL - DEC 578/11
JACAREZINHO
RG 1484.369-8/PR

[Handwritten signatures]



58

**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
SEGUNDO AGRUPAMENTO DE BOMBEIROS
SEGUNDO SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS**



CERTIFICADO DE VISTORIA Nº 101055 / 2014

A Seção de Prevenção do Corpo de Bombeiros do Paraná, vistoriou as instalações da edificação localizada na RODOVIA PR 090, 88, município de TELEMACO BORBA, referente a **AUTO POSTO CAETE LTDA**, de propriedade do Sr(a). **ALBERTO DALBIANCO DE ANDRADE** com aproximadamente 745.11000000000001 m², constatando que esse estabelecimento encontra-se de acordo com o Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros:

1. Possui proteção por: extintores

2. Ramos de atividade: COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES ;

3. Classe de Risco: 3

4. Indicação Fiscal:

5. Inscrição Imobiliária:

• O presente documento tem validade de 17/02/2014 até 17/02/2015, devendo ser apresentado para renovação do Alvará de Funcionamento.

• Caso ocorram reformas, ampliações, mudança de ocupação ou nova vistoria no estabelecimento, este documento perderá a validade.

GR n.º 3114010105592

Projeto n.º 186/04

Laudo n.º

Alvará n.º

Capacidade de público

Projeto Central de GLP n.º

Sistema preventivo extintores

Uso de GLP liberado Kg

TELEMACO BORBA, PR, 17 de fevereiro de 2014

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Cb. Mauricio Cesar PACHOLOK

Setor de Vistorias



[Handwritten signature]
2º Ten Bruno José Guedes FIDALGO
Chefia do Setor de Vistoria

Paulo Marcos S. A. Coluchesi
3º Sgt. QPM 2-0
RG. 7.614.949-6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CURIUVA
CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

CARTORIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
RUA EDMUNDO MERCER N.º 94 - CENTRO
CURIUVA/PR - 84280000

TITULAR
NELSON FERNANDO SALLES BITTAR
JURAMENTADOS
ANGELICA FERREIRA BUENO GARCIA
MARLI MARTINS DOS SANTOS MACHADO

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição, FALÊNCIA E CONCORDATA, sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

AUTO POSTO CAETÊ LTDA

CNPJ 78.728.458/0001-59, no período compreendido entre a presente data e os últimos 20 anos que a antecedem.



CURIUVA/PR, 28 de Janeiro de 2015, 14:41:01

ANGELICA FERREIRA BUENO GARCIA



[Handwritten signature]

Confere original

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município de Curiúva, que não fomos **declarados inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Curiúva – PR, 27 de janeiro de 2015.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Eu, Alberto Dal Bianco de Andrade, representante legal da empresa **AUTO POSTO CAETE LTDA**, interessada em participar do Pregão Presencial nº 02/2015, declaro sob as penas da lei que, em relação à empresa acima mencionada, **inexistem fatos impeditivos** (declaração de inidoneidade ou suspensão temporária de contratar) quanto à sua habilitação nesta licitação.

Curiúva – PR, 27de Janeiro de 2015.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE DÉBITO COM FORNECIMENTO

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município, que não encontramos em **débito com fornecimento de materiais e/ou serviços** para com o Município de Curiúva.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2015.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE MTPS

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos que não possuímos, em nosso quadro de Pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2015


Alberto Dal Bianco de Andrade
RG: 500895-6 PR
CPF: 008.458.509-97






ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ACEITABILIDADE

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Declaramos sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, instaurado por esse Município, que **aceitamos todas as condições** estabelecida neste Edital.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2014.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

Pelo presente declaramos para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2014.


AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR






ANEXO X**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM A PROPOSTA DE PREÇOS**

À:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA - PR
REF.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

AUTO POSTO CAETE LTDA, CNPJ 78.728.458/0001-59, sediado à Rodovia PR 090 Km 88,50 s/nº - Serra do Caete – Curiúva/PR – CEP: 84.280-000. Apresenta sua proposta comercial relativa ao objeto desta licitação, modalidade Pregão Presencial nº 02/2015 com vistas e conforme necessidades da Prefeitura Municipal de Curiúva.

- Declaramos que em nossos preços estão computadas todas as despesas incidentes, bem como todos os impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, prêmios de seguro, fretes, taxas de administração e outras despesas, de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, garantindo durante toda a validade da proposta.
- Prazo de validade da proposta: 60 dias.
- Prazo de entrega dos produtos: conforme edital.
- Condições de pagamento: conforme edital.

Curiúva – PR, 27 de Janeiro de 2014.



AUTO POSTO CAETE LTDA
CNPJ: 78.728.458/0001-59
Alberto Dal Bianco de Andrade
RG:500895-6 PR





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS


Às quinze horas do dia três de fevereiro do ano dois mil e quinze, no edifício sede da Prefeitura Municipal de Curiúva, Estado do Paraná, situado na Av. Antônio Cunha, 365, em sessão pública, sob Presidência do Sr. Pregoeiro Aguinaldo Pupo Ferreira e equipe de Apoio, a Sra. Marjorie Marcondes, reuniu-se a Equipe de Pregão, designada pela portaria n.º 04/2015 de 21 de janeiro de 2015, para procederem à abertura dos envelopes e o julgamento das propostas referente ao **Pregão Presencial n.º 02/2015**, conforme **publicado em Órgão Oficial Eletrônico do Município**, www.curiuva.pr.gov.br, em **21.01.2015, Edição 1660** e no site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná www.tce.pr.gov.br, aos interessados, em conformidade com a Lei 8.666/93 e 8.883/94 com as alterações posteriores e Decreto Municipal n.º 05/2006, com as alterações posteriores, para a **contratação de empresa para o fornecimento de combustível Diesel S-10 e aditivo Arla-32**. Declarada aberta à sessão, às 14h:00min, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, o Sr Pregoeiro constatou que compareceu para participar do certame, a empresa **AUTO POSTO CAETÊ LTDA, CNPJ 78.728.458/0001-59**, neste ato representada pelo seu proprietário devidamente cadastrado o Sr. Alberto Dal Bianco de Andrade sob o RG n.º 500895-6/PR e CPF 008.458.509-97. Ato contínuo solicitou aos presentes que verificassem a integridade dos envelopes, confirmando não ter ocorrido nenhuma violação. Em consulta ao TCE verificou-se que não havia impedimento da licitante para participação no certame.

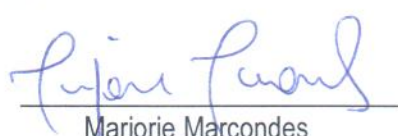
Na seqüência passou-se à abertura do envelope n.º 01, da proposta, que após criteriosa análise, abriu-se a fase de negociação, conforme mapa de licitação e classificação de fornecedor, anexo a esta ata.

Lote 01: A empresa **AUTO POSTO CAETÊ LTDA**, foi vencedora do Lote 01 com o desconto de 2% sobre o valor da tabela ANP, para o valor máximo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a ser utilizado no período de 12 meses. Para o lote 02, a empresa ofereceu a porcentagem de 2% de desconto, totalizando o valor de R\$ 73,50 (setenta e três reais e cinquenta centavos) por galão de Aditivo Arla 32. O valor total dos lotes ficou em **R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil quatrocentos e dez reais)**.

Em seguida passou-se à abertura dos envelopes n.º 02, da documentação, que depois de rubricada e analisada foi declarada habilitada a proponente e conseqüentemente declarada vencedora do certame. Concedida à palavra aos presentes, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, a senhor Pregoeiro deu por encerrada a sessão, lavrando-se a presente Ata, assinada pelos membros da Equipe de Pregão, e determinou que este processo licitatório seja encaminhado a Assessoria Jurídica para a emissão do competente parecer e, logo após ao senhor Prefeito Municipal para homologação/adjudicação.

Curiúva PR, 03 de fevereiro de 2015.


Aguinaldo Pupo Ferreira
Pregoeiro Oficial


Marjorie Marcondes
Equipe De Apoio


AUTO POSTO CAETÊ LTDA



Prefeitura Municipal de Curiúva - 2015
Mapa da Licitação
Pregão 2/2015

Página 1

Equipário

Data abertura: 03/02/2015		Data julgamento: 03/02/2015		Data homologação:	
				CNPJ 78.728.459/0001-59	
Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca	
Lote 001 - Lote 001					
001 OLEO DIESEL S10	LTO	500 000,00	1,00 *		
Lote 002 - Lote 002					
001 ADITIVO ARLA 32	LTS	60,00	73,50 *		
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			504.410,00		
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					

CNPJ 78.728.459/0001-59 - AUTO POSTO CAETE LTDA

Emissão por MARJORIE MARCONDES, na versão 55101

FRU - Frustrado DES - Deserto EMP - Empate EME - Empate ME
03/02/2015 15:44:58



Equilano

Prefeitura Municipal de Curiúva - 2015

Classificação por Fornecedor

Pregão 2/2015

Página: 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Sel
Fornecedor: 19-1 AUTO POSTO CAETE LTDA		CNPJ: 78.728.458/0001-59		Telefone: 4335451341		Status: Classificado	504.410,00	
Lote 001 - Lote 001							500.000,00	
001	2340 OLEO DIESEL S10	LTO	500.000,00	Classificado		1,00	500.000,00	*
Lote 002 - Lote 002							4.410,00	
001	2341 ADITIVO ARLA 32	LTS	60,00	Classificado		73,50	4.410,00	*
VALOR TOTAL:							504.410,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

70

PARECER

À apreciação desta Assessoria Jurídica sob o processo licitatório – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2015, visando a aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, conforme documentação anexada.

Tendo em vista a abertura dos envelopes do referido edital e deliberações do Pregoeiro e Equipe de Apoio constante em ata, verifica-se que logrou-se vencedora a empresa **AUTO POSTO CAETÊ LTDA – CNPJ nº. 78.728.458/0001-59**, no valor máximo global de R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil quatrocentos e dez reais), conforme disciplinado na Ata de Julgamento acostado.

De acordo com os presentes autos, restou comprovada a necessidade de tal contratação para o desenvolvimento das atividades do Município, e os preços são compatíveis com os valores praticados na região.

Assim, opinamos, nos termos do inciso VI, do art. 38, da Lei de Licitações, pela regularidade, conveniência e aprovação dos documentos apresentados pela licitante deste procedimento, em especial aos documentos da empresa vencedora, assim como manifestamos pela legalidade do certame, uma vez que se encontra dentro dos ditames legais, observada a Lei Federal Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/2006.

Considerando, não haver impedimento algum em contratar com a empresa, nesse sentido, o parecer é pela legalidade do procedimento, podendo ser homologado e Contratado.

É o Parecer, S.M.J.

Curiúva, em 05 de fevereiro de 2015.


SANDRA CRISTINA GUERREIRO
Assessora Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

REF.: Pregão Presencial nº. 02/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

Face ao contido no Parecer da Assessoria Jurídica, homologo o presente procedimento licitatório, para adjudicação do seu objeto a empresa **AUTO POSTO CAETÊ LTDA.**, no valor global de **R\$ 504.410,00** (quinhentos e quatro mil e quatrocentos e dez reais).

Após, à Contabilidade para formalização, através da Nota de Empenho.

Gabinete do Prefeito, em 05 de fevereiro de 2015



Amadeu de Jesus da Silva
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: Pregão Presencial nº. 02/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

O Pregoeiro Aginaldo Pupo Ferreira, expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe para adjudicação do objeto a empresa: AUTO POSTO CAETÊ LTDA., no valor global de R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil e quatrocentos e dez reais).

Curiúva, 05 de fevereiro de 2015.

AGINALDO PUPO FERREIRA
Pregoeiro



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA:76167725000130
PUBLICAÇÃO DO ORGAO OFICIAL
Local: CURIÚVA - Paraná
Data: 05/02/2015 15:38:55

MUNICÍPIO DE
Curiúva

ANO II | Publicação Nº 1709 | quinta-feira, 5 de fevereiro de 2015 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: Pregão Presencial nº. 02/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para Aquisição de combustível (diesel S10) e aditivo Arla 32 para veículos da frota municipal, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

O Pregoeiro Aguinaldo Pupo Ferreira, expirado o prazo recursal, torna pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe para adjudicação do objeto a empresa: **AUTO POSTO CAETÊ LTDA.**, no valor global de R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil e quatrocentos e dez reais).

Curiúva, 05 de fevereiro de 2015.

AGUINALDO PUPO FERREIRA
Pregoeiro



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 05/02/2015
Av. Antônio Cunha, 365 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.

Envelope nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
Pregão Presencial nº 02/2015
AUTO POSTO CAETE LTDA
03/02/2015 – 15h00min

Envelope nº 2 – Documentos de Habilitação
Pregão Presencial nº 02/2015
AUTO POSTO CAETE LTDA
03/02/2015 – 15h00min



ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130
MUNICÍPIO DE CURIÚVA
Local: CURIÚVA - Paraná
Assinado em 06/02/2015 16:16:06

MUNICÍPIO DE Curiúva

ANO II | Publicação Nº 1717 | sexta-feira, 6 de fevereiro de 2015 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2015

Pregão Presencial 002.2015

Partes: Município de Curiúva e AUTO POSTO CAETÊ LTDA

CNPJ 78.728.458/0001-59

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de combustível Diesel S-10 e aditivo Arla-32

Valor Global: R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil quatrocentos e dez reais)

Dotação Orçamentária:

04.001.04.122.0003.02007-3.3.90.30.00.00

Data Assinatura: 06/02/2015

Duração: 12 meses

Foro: Curiúva PR

Amadeu de Jesus da Silva

Prefeito Municipal de Curiúva



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 06/02/2015
Av. Antônio Cunha, 365 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site www.curiuva.pr.gov.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS- N° 11.2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE CURIÚVA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.167.725/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de mandato e funções, **SR. AMADEU DE JESUS DA SILVA**, brasileiro, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 6.854.553-6 PR e o CPF sob o n.º 911.204.629-91, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Sete de Setembro, 385, neste ato denominado simplesmente **Contratante**, e de outro lado a empresa **AUTO POSTO CAETÊ LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rodovia PR 090, km 240, s/n, Curiúva-PR, CEP 84280-000, inscrita no CNPJ sob o n.º **78.728.458/0001-59**, neste ato representado pelo **Sr. Alberto Dal Bianco de Andrade**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade com o RG sob o n.º 500895-6/PR e CPF sob o n.º 008.458.509-97, neste ato denominado simplesmente **Contratada**, resolvem celebrar o presente contrato, realizado mediante procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, sob o n.º **02/2015**, observadas as especificações constantes neste edital, regido pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, e legislação pertinente, bem como pelas normas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento pela **Contratada** ao **Contratante**, dos combustíveis a seguir referidos, nas quantidades mensais adiante mencionadas:

LOTE 01 DIESEL S10			
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO/ANO (R\$)	% DE DESCONTO NO VALOR UNITÁRIO (TABELA ANP)
01	Diesel S10	R\$ 500.000,00	2 %

LOTE 02 - ADITIVO ARLA 32				
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	VALOR MAX UNI	VALOR MAXIMO TOTAL
01	ADITIVO ARLA 32 GALÃO 20L	60	R\$ 73,50	4.410,00

VALOR TOTAL DOS LOTES R\$ 504.410,00 (quinhentos e quatro mil quatrocentos e dez reais)

Parágrafo Primeiro: O objeto licitado será retirado na bomba do estabelecimento vencedor sempre que houver a necessidade de abastecimentos dos veículos, mediante requisições fornecidas para a **Contratada**, somente nos veículos autorizados, devendo ser emitido Nota Fiscal de Venda, a cada abastecimento.

Parágrafo Segundo: A Contratante reserva-se o direito de adquirir o objeto contratado conforme a necessidade, em menor quantidade que a mínima estipulada, o qual não poderá ultrapassar a quantidade máxima estipulada.



Parágrafo Terceiro: Cabe a **Contratada**, a garantia da qualidade dos combustíveis fornecidos, como revendedora autorizada da empresa PETROBRÁS BR.

Parágrafo Quarto: A **Contratada**, através do seu proprietário, reportar-se-á diretamente ao servidor responsável, para o controle organizacional das entregas feitas e dos saldos disponíveis, dentro das quantidades mensais ora mencionadas.

Parágrafo Quinto: A **Contratada** prestará ao **Contratante** a necessária colaboração no sentido de efetuar o controle rigoroso dos gastos dos combustíveis realizados, procedendo às anotações que forem necessárias e comunicando imediatamente ao **Contratante**, através do representante indicado, qualquer anormalidade no fornecimento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA

Os combustíveis serão entregues imediatamente para a **Contratada**, diretamente da bomba, mediante apresentação de Requisição. O prazo para execução dos serviços é pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do Contrato Administrativo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado por igual período, ante a característica de serviço continuado, cuja característica desde já fica reconhecida conforme os termos do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

Os preços de combustíveis seguirão o acompanhamento dos preços médios constante da publicação da tabela ANP vigente na Cidade de Cornélio Procopio/PR.

O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo **Contratante** da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento. Os preços de combustíveis seguirão o acompanhamento dos preços médios constante da publicação da tabela ANP vigente na Cidade de Cornélio Procopio/PR.

CLÁUSULA QUARTA – DA LICITAÇÃO

O presente contrato é celebrado de conformidade com as Leis Federais 8.666/93 e alterações posteriores, Lei 10.520/2002 e processo licitatório decorrente do **Pregão Presencial n.º 02/2015**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Como consequência natural do objeto deste contrato, conforme definido na cláusula primeira deste instrumento, deve a **Contratada**, ainda:

- a) **Atender** prontamente as requisições fornecidas pelo **Contratante**, bem como os servidores, seus portadores;
- b) **Observar** os prazos estipulados;
- c) **Atender** prontamente as solicitações de esclarecimentos efetuadas pelo **Contratante**;



- d) **Manter** arquivos das requisições fornecidas, devolvendo-as ao **Contratante**, juntamente com as notas fiscais respectivas, por ocasião das cobranças que forem realizadas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

O **Contratante** obriga-se a participar ativamente do presente ajuste, comprometendo-se a:

- a) **Designar** servidores para controlar o fornecimento de requisições, as quantias de combustíveis já retiradas e as quantias que ainda poderão ser retiradas para que não ultrapassem o limite máximo das quantias ora mencionadas;
- b) **Observar** rigorosamente o prazo de pagamento, descrito no parágrafo único da cláusula terceira;
- c) **Atender** prontamente as solicitações de esclarecimentos e orientações efetuadas pela **Contratada**;
- d) **Manter** arquivos organizados dos documentos produzidos em função deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

Os preços de combustíveis não sofrerão reajuste, pois seguirão o acompanhamento dos preços médios constante da publicação da tabela ANP vigente na Cidade de Cornélio Procópio/PR.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Municipalidade, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a licitante vencedora com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos; ou
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo nesta Concorrência, desde que haja conveniência para a Municipalidade; ou
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, ou pela inexecução das condições estipuladas, ou execução insatisfatória dos serviços, atrasos, omissão e outras falhas, a **Contratada** ficará sujeita às penalidades:

9.1.1 – Advertência por escrito à **Contratada** sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

9.1.2 – Multa, observados os seguintes limites:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

9.1.2.1 – 10 % (dez por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor total da obrigação;

9.1.2.2 – 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, na hipótese do FORNECEDOR injustificadamente desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, ou cancelamento do Contrato de Preços, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o MUNICÍPIO, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

9.1.3 – Suspensão temporária para participar em licitações promovidas pela Administração Municipal e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, nos termos do Art. 87, II, da Lei Federal 8666/93;

9.1.4 – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, caso o licitante descumpra as condições estabelecidas neste Edital, apresente documentação falsa, não mantenha a proposta, enseje o retardamento da execução do objeto contratado, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2 – O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Administração Municipal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

9.3 – As penalidades de advertência e de multa serão aplicadas de ofício ou por provocação pelo responsável pelo Controle Interno desta Prefeitura.

9.4 – A pena de multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Edital.

9.5 – As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Administração Municipal;

9.6. Pelo descumprimento das demais obrigações, serão aplicadas ao inadimplente, segundo a extensão da falta, garantida a prévia defesa, as sanções previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.7. Independentemente das sanções retro, a licitante ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município de Curiúva e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação feita no mercado, na hipótese de os demais classificados não aceitarem a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pelo inadimplente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS

DOTAÇÕES			
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2015	360	04.001.04.122.000 3.02007	0

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURIÚVA

ESTADO DO PARANÁ

81

A fiscalização do contrato ficará a cargo do **Sr. Valdecir Bueno de Oliveira**, o qual se compromete comunicar de imediato quaisquer ocorrências ligadas à inexecução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor, ficando eleito o foro da Comarca do **contratante**, para a resolução de questões resultantes deste.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, assinando igualmente duas testemunhas para que o mesmo possa surtir seus jurídicos e legais efeitos.

Curiúva PR, 09 de fevereiro de 2015.



AMADEU DE JESUS DA SILVA

Prefeito Municipal
Contratante



AUTO POSTO CAETÊ LTDA.

Alberto Dal Bianco de Andrade- Representante Legal
Contratada



Testemunha

NOME: *Landellia Ap = de Oliveira*
CPF: *905798.799.68*



Testemunha


NOME: *WALTONY MAREZ DE SOUZA*
CPF: *060.580.399.40*



Visto da Assessoria Jurídica

Dra. Sandra Cristina Guerreiro
OAB: 59679

Fiscal de Contrato:



Valdecir Bueno de Oliveira

Diretor do Departamento de Compras